

SINTSEF/CE participa de Marcha a Brasília convocada pela CONDSEF

Caravaneiros eleitos em assembléias, participarão de agenda da CONDSEF em Brasília, nos próximos dia 17, 18 e 19 de março. No dia 17, os representantes do sindicato estarão ao lado de milhares de servidores federais em Marcha que ocorre na Esplanada dos Ministérios para reclamar a paridade entre ativos e inativos, dentre outros temas. No dia 18, haverá o lançamento da Campanha Salarial 2009, que entre os eixos de luta destaca o cumprimento de todos os acordos firmados entre os servidores públicos federais e o governo. As atividades encerram-se com a Plenária Nacional da CONDSEF, no dia 19 de março, que pretende discutir o calendário de mobilização para o próximo trimestre. Os caravaneiros foram eleitos em assembléias divididas da seguinte maneira: duas na capital, uma em cada delegacia sindical de base e uma em Itapipoca (três climas). (Pág 5)



NO DIA 10 DE MARÇO, SERVIDORES DA ATIVA ELEGEM PARTICIPANTES PARA AS ATIVIDADES EM BRASÍLIA

Assembléia Geral do SINTSEF/CE apresenta encaminhamentos

Ocorrida no último dia 14 de fevereiro, em Crateús, município do Sertão dos Inhamúns, a Assembléia Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará – SINTSEF/CE, reuniu mais de 350 filiados com o objetivo de discutir questões relevantes para a entidade. Dentre os pontos de encaminhamento propostos,

ficou aprovada a compra de duas casas, uma em Sobral e outra em Iguatu, para sediar as Delegacias Sindicais da Região Norte e do Centro Sul, respectivamente. A sede da DESNORT, em Sobral já foi adquirida e a do Centro Sul, em Iguatu, está em processo de compra. A Assembléia foi convocada por edital publicado no jornal Diário do Nordeste e

no informativo da entidade e teve como pauta: 1) Informes, 2) Análise de Conjuntura; 3) Desdobramento do processo judicial relativo às eleições do SINTSEF/CE, ocorridas nos dias 2, 3 e 4 de junho de 2008; 4) Aquisição de sedes próprias para as Delegacias Sindicais do SINTSEF/CE, das regiões Norte e Centro Sul; 5) Encaminhamentos. (Pág 8)

URGENTE Atualização de endereço

Constantemente o SINTSEF/CE necessita enviar cartas aos seus filiados sobre os mais diversos assuntos, em alguns casos, o informe traz a notícia de um processo ganho, da necessidade de documentação para uma ação e até mesmo de valores a serem recebidos pelos filiados. No entanto, a falta de atualização de endereço, por parte dos filiados, está fazendo com que muitas correspondências retornem ao SINTSEF/CE sem que o filiado tome conhecimento do teor da carta. Nesta edição lista de nomes de servidores, relacionados por órgão, para atualização urgente de seus endereços junto ao SINTSEF/CE. (pág 7)

Servidores não podem pagar pela crise

Basta abrir os jornais ou a TV. A crise econômica mundial abala mercados, destrói empresas e empregos, enerva as bolsas de valores e preocupa governos. Aliás, é interessante ver como o Estado está pagando as contas do sistema financeiro. E como Marx previu a crise em 1867, no *Capital*: “os donos do capital vão estimular a classe trabalhadora a

comprar bens caros, casas e tecnologia, fazendo-os dever cada vez mais, até

que se torne insuportável. O débito não pago levará os bancos à falência,

que terão que ser nacionalizados pelo Estado”.

No meio da briga, milhões de trabalhadores imersos em dívidas e sem emprego. No Brasil, ainda com poucos reflexos do problema por conta de uma estabilidade econômica ainda recente, as atenções voltam-se para as medidas que possam advir do governo federal. Nossa categoria não pode pagar a conta da crise. As perdas econômicas decorrentes da inflação não podem ser questionadas. A preocupação é com possíveis cortes orçamentários que levem em consideração os reajustes previstos para o

serviço público.

Até porque a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, como regra, não têm cumprido o princípio constitucional (artigo 37, inciso X da Constituição) que garante revisão anual da remuneração dos servidores sem distinção de



datas e índices, tendo optado pela reestruturação de cargos e carreiras, com tratamento diferenciado entre os servidores ativos e entre estes e os aposentados e pensionistas, sempre em prejuízo dos últimos.

A manobra consiste em criar gratificações, verba de representação, abonos em substituição ao reajuste linear. Isso descharacteriza a revisão geral e, conseqüentemente, quebra o princípio da paridade,

que é a garantia de extensão aos inativos e pensionistas de todos os direitos, reajuste e vantagens asseguradas aos servidores em atividade.

A reivindicação geral, após as reestruturas necessárias, especialmente nas esferas estaduais e municipais, deve ser no sentido de exigir o cumprimento do comando constitucional de revisão geral, que deve assegurar, no mínimo, a reposição das perdas inflacionárias do período, sob pena de congelamento da remuneração de todos os servidores, inclusive dos remunerados sob a forma de subsídio. A tendência no Governo Federal, após as reestruturas em curso, é de um longo período sem reajustes, até porque houve escalonamento remuneratório para algumas carreiras até 2011.

O cenário salarial para os servidores públicos, portanto, é preocupante, notadamente para os que não foram contemplados com ganhos reais. A pressão por contenção no gasto público, especialmente no período de crise, tende a aumentar e, em conseqüência, dificultar novas reestruturas com ganhos reais. O SINTSEF/CE e a CONDSEF estão de olho.

SINTSEF/CE participa da Conferência Regional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal

Os diretores do SINTSEF/CE, José de Assis, Geraldo Costa e Sandra Mota foram escolhidos em reunião da direção colegiada do SINTSEF/CE como os representantes do sindicato na Pré-Conferência Regional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal.

O encontro aconteceu entre os dias 11 a 13 de março de 2009, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife. Esta foi a primeira das seis pré-conferências que irão anteceder a 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal, sendo uma realização da secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

As conferências regionais têm como objetivo iniciar as discussões dos temas que serão tratados na 1ª Conferência Nacional. Além disso, os eventos irão promover um amplo debate sobre a atual política de Recursos Humanos implementada nos órgãos do governo federal que compõe o SIPEC, buscando o aprimoramento do sistema de gestão de RH. As pré-conferências servirão também de instrumento para avaliar os resultados da atual política de gestão aplicada pelo Governo.

A 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal substituiu o Encontro Anual do SIPEC que foi realizado pela secretaria de

2003 a 2007. O novo evento será construído em cinco bases definidas durante o planejamento estratégico da Secretaria de Recursos Humanos no final do ano passado. São elas: A democratização das relações de trabalho, diretrizes das carreiras e dos cargos, sistemas e processos de gestão de pessoas, a atenção à saúde do servidor federal e a gestão por competências.

A 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal acontece durante os dias 06 e 09 de julho no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília. A previsão é de que o evento reúna 1.200 pessoas de todo o país.

SINTSEF/CE luta contra a cobrança do Imposto Sindical

Atenção servidor: o governo quer cobrar Imposto Sindical na folha de março. SINTSEF/CE busca na Justiça impedir a cobrança. Caso não consiga evitar, vai trabalhar para que o valor repassado seja integralmente devolvido aos servidores.

O Imposto Sindical é um pilar da velha estrutura sindical atrelada ao estado e denominada corporativista – porque sua concepção é de fazer a “conciliação” ou “parceria” entre patrões e trabalhadores. Contra essa estrutura que se alimenta do Imposto Sindical foi construída a CUT, em 1983, em defesa da liberdade sindical e do sindicalismo classista – que pressupõe o direito dos trabalhadores se organizarem de maneira independente para defender seus próprios interesses que são distintos dos interesses dos patrões.

O Imposto Sindical é cobrado anualmente de todo trabalhador, seja ele sindicalizado ou não. Ele é recolhido no salário de março, pago em abril, no valor correspondente a um dia de trabalho (um salário de R\$ 6.000,00, por exemplo, paga R\$ 200,00 de imposto sindical - art. 582 da Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto-Lei nº 5.452/43). Esse dinheiro vai para sindicatos que, muitas vezes, o trabalhador nem sabe que existem.

Até hoje, os servidores públicos não pagavam esse imposto em virtude da luta da CUT e suas entidades filiadas, como o SINTSEF/CE e a CONDSEF, que são sustentadas exclusivamente pelos filiados.

No ano passado, no entanto, o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Luppi, editou a Instrução Normativa nº 1, em 30.09.08, determinando aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, que também passem a recolher a contribuição sindical, prevista no art. 578 da CLT, de todos os servidores públicos. É por isso que esse desconto poderá acontecer agora no salário recebido no início de abril.

Ações na Justiça buscam derrubar imposto

Algumas entidades que se dizem representantes do funcionalismo público pretendem receber o imposto sindical. O SINTSEF/CE junto com as demais entidades filiadas à CONDSEF vai lutar até o fim, como faz desde a sua fundação, em 1989, para derrubar esse imposto.

Para tentar impedir o desconto, um novo processo será ajuizado nos próximos dias por intermédio da CONDSEF.

Caso o imposto venha a ser efetivamente descontado, a luta passará a ser pela devolução ao servidor do valor repassado aos sindicatos, federações, confederações e central sindical. Aqui se coloca uma questão: **para qual sindicato o governo pretende repassar o imposto que vier a ser descontado dos servidores do Ceará?**

Acontece que o imposto sindical está intimamente ligado a outro dispositivo do sindicalismo de “conciliação” ou de “parceria” com os patrões que é a chamada “unicidade sindical”. Mas no setor público, ao contrário do que acontece no setor privado, os servidores conseguiram impor a liberdade de organização sindical. Ou seja, em praticamente todos os setores existe mais de uma organização sindical à qual, legitimamente, os servidores decidiram se filiar, defendendo seus interesses e concepções. Portanto, não há sentido em descontar o imposto porque a lei não prevê, nesse caso, a quem repassar!

Contradição

Antes da edição da Instrução Normativa nº 1, o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Luppi, havia assinado com a CUT e demais centrais sindicais um Termo de Compromisso, dia 5.08.08, para o envio ao Congresso Nacional de um Projeto de Lei que instituiria a Contribuição Negocial e extinguiria o Imposto Sindical. Porém, ao que parece, o projeto nunca saiu da Pasta.

É importante lembrar que esse acordo se baseava no art. 7º da Lei 11.648/08,

que mantém em vigor os arts. 578 a 610 da CLT (Contribuição Sindical), até que uma lei venha a disciplinar a contribuição negocial, vinculada ao exercício efetivo da negociação coletiva e à aprovação em assembleia-geral da categoria.

Para além da questão financeira que está envolvida – o desconto de 1/30 do salário agora em março – o servidor precisa se mobilizar pela importância política do assunto. Está em jogo a defesa da liberdade de organização sindical, contra toda interferência do Estado.

O que é o imposto sindical e quem o recebe

Um dia de trabalho por ano descontado em abril e repassado para a confederação (5%), central sindical (10%), federação (15%), sindicato (60%) e conta especial Emprego e Salário (10%) (Lei 11.648, de 31 de março de 2008, que altera o art. 589 da CLT). Geralmente, é a distribuição do imposto sindical que provoca as disputas judiciais para decidir quem “representa” a categoria.

O que é a unicidade sindical

Unicidade é o direito legal do Estado - dos patrões!- decidir qual sindicato representa os trabalhadores (Decreto-lei nº 5.452, art. 516 e Constituição Federal art. 8º, inciso II). É por isso que há tanta disputa por “base sindical”. A unidade, ao contrário, é a busca consciente dos próprios trabalhadores buscarem a realização de campanhas e movimentos comuns, envolvendo uma ou mais entidades que os próprios trabalhadores organizam livremente.

Quem é contra o imposto sindical CUT, CONDSEF, SINTSEF/CE

Quem é a favor do imposto sindical Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB)

Aprovado novo prazo para que servidores demitidos durante governo Collor solicitem reintegração

O projeto de lei que permite a reabertura de prazo para que servidores e empregados públicos federais demitidos durante o governo Collor solicitem o retorno aos seus respectivos empregos foi aprovado, no último dia 11 de março, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal. O texto também prevê que os empregados que já haviam solicitado a reintegração, mas tiveram seus pedidos negados, anulados ou arquivados, poderão solicitar a reconsideração de seus pedidos. Todos os requerimentos devem ser feitos com base na Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994. Como essa proposta (PLS 372/08) foi aprovada pela CCJ em decisão terminativa, será enviada diretamente à Câmara dos Deputados, sem precisar de votação no Plenário do Senado - a não ser que seja apresentado recurso com esse objetivo. Segundo o autor da matéria, senador Lobão Filho (PMDB-MA), o prazo que havia sido determinado anteriormente

pela Lei nº 8.878 era muito curto (60 dias) e dificultou a apresentação dos requerimentos de retorno.

A proposição, no entanto, sofreu alterações importantes na CCJ. A relatora da matéria, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), transformou o texto em um projeto "autorizativo" - ou seja, em vez de obrigar o governo federal a reabrir o prazo, apenas o autoriza a fazer isso. Dessa forma, a decisão final cabe ao Executivo. Outra mudança feita por Ideli diz respeito ao prazo. A proposta original permitia que as solicitações de retorno aos empregos pudessem ser feitas a qualquer momento, sem que houvesse qualquer limite de tempo. A senadora alterou o texto fixando um período de 365 dias para que os requerimentos sejam feitos. A relatora também incluiu um prazo de 180 dias para que as comissões encarregadas de analisar as solicitações concluam seus trabalhos - determinando que, casos tais colegiados já estejam extintos quando

o projeto for transformado em lei, seja autorizada a criação de novas comissões.

A Comissão Especial Interministerial, responsável pelo retorno dos servidores demitidos/anistiados convoca os anistiados de 15 órgãos que ainda não retornaram ao quadro de pessoal da União, para atualização de dados cadastrais (pessoais e profissionais). Aqueles que já retornaram não devem fazer a atualização.

Mais informações: www.servidor.gov.br/anistia/index.htm.

De acordo com o novo presidente da CEI, Idel Profeta Ribeiro, que assumiu o cargo oficialmente no último dia 13 de fevereiro, a meta para a conclusão do retorno de todos os anistiados é até dezembro de 2009. Esperamos que o presidente da CEI se empenhe ao máximo para atingir essa meta e acabar enfim com o sofrimento de centenas de companheiros injustiçados pelo que foi feito no desgoverno Collor.

51 filiados do SINTSEF/CE vão a Brasília participar de atividades da CONDSEF

Os filiados do SINTSEF/CE aprovaram em assembléia geral, a participação do sindicato nas atividades que acontecerão em Brasília, neste mês de março. 50 caravaneiros eleitos participarão da Marcha dos Aposentados, que ocorre dia 17 de março, do lançamento da campanha salarial 2009, no dia 18 e da Plenária Nacional da CONDSEF, no dia 19 de março. Os caravaneiros foram escolhidos em assembléias divididas da seguinte maneira: Duas na capital, uma em cada delegacia sindical de base e uma em Itapipoca (três climas).

No dia 18 de fevereiro, ocorreu a primeira assembléia da capital, que elegeu 22 representantes entre os aposentados e pensionistas da Região Metropolitana

de Fortaleza. Os eleitos foram: Geraldo Pereira da Costa, João Eudes Moreira,



APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA ELEGEM SEUS REPRESENTANTES

Aluisio Bastos, José Murilo Maciano, Francisco Teles da Silva, Enoque Assis de Lima, Adauto Gomes Pereira, Pedro Ro-

drigues Pedrosa, José Moacir de Araújo, Hervalino Moreira, Antônia Alves Bandeira, Vânia Maria Temóteo Oliveira, Maria Betiza Brito, Benedita de Paula da Silva, Vicente de Paulo Brito, Antônio Medeiros do Nascimento, José Araújo Cavalcante, Maria de Fátima Sousa Teixeira, Francisca das Chagas de Paiva, Marta Maria de Sousa, Raimunda Rânilda Alves e Antônio Rodrigues Martins.

No dia 10 de março, aconteceu a segunda eleição entre os filiados da capital, desta vez foram eleitos 12 servidores para ir para os eventos, são eles: Aldenir Carneiro da Silva, Ana Cristina Alves Gondim, Francisca Ivoneide Cunha Costa, Luziana Emídio Laureano, Maria Ferreira de Brito, Maria Nilda de Olivei-

ra, Mirton Brito de Oliveira, Clodoaldo Olinda Fernandes, Maria Cilene Chaves, Flávia Teixeira Sabóia, Rita Soares Píneiro Sombra e Francisco Martins de Castro.

As oito assembléias do interior (uma em cada delegacia e uma na região do três climas) tiveram autonomia para a realização de suas assembléias e os nomes escolhidos foram: Argemiro Medeiros Cavalcante e Francisco Clovis de Oliveira - Vale do Jaguaribe; Antônio Evanildo Fernandes Sousa e Raimundo Nonato de Oliveira - Inhamúns; Cícera Maria Correia Pereira e João Mendes Neto - Sertão Central; Maria Leirimar Bezerra Costa e Cícero Emídio da Silva - Centro Sul; Antonio Cardoso da Silva e Arnaldo de Brece de Sousa Alves - Região Norte; Afonso Celso Gadelha Guerra e Raimundo Alves de Araújo - Maciço de Baturité; Francisco de Assis Alves Marçal e Antonio Teles Esmeraldo - Cariri; João Rodrigues Soares e Maria Saraiva Ferreira (Gilzete) - Três Climas

Ao todo serão enviados 30 delegados entre aposentados e pensionistas, sendo 22 da capital e 8 do interior. Os delegados eleitos entre os servidores da ativa totalizarão 20, sendo 8 do interior e 12 da Região Metropolitana de Fortaleza. A Direção Colegiada escolheu o diretor Be-

nedito Holanda como seu representante nos eventos. O nome de Benedito foi re-ferendado pelos filiados na assembléia de ativos da RMF.

EVENTOS

A marcha de aposentados e pensionistas na Esplanada dos Ministérios, prevista para o dia 17, tem como principal objetivo, a defesa da paridade com integralidade para ativos, aposentados e pensionistas. Garantida pela Constituição Federal, a paridade foi retirada dos servidores por meio de mecanismos utilizados pelo governo ao longo dos anos. A era das gratificações surgiu para driblar esse direito. Recentemente, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) apresentou entendimento que a paridade deve ser reconhecida nos casos em que gratificações não tenham sido regulamentadas. Como a questão é polêmica e não possui apoio da maioria no governo, a mobilização de ativos e aposentados é essencial para buscar avanços na discussão.

Outro tema envolvendo aposentados está tramitando no Congresso Nacional. A PEC 270, de autoria da deputada Andreia Zito, resgata o direito a proventos integrais a servidores que se aposentaram por invalidez. É absurda a situação em que se encontram milhares de servidores

que, quando mais precisam de cuidados com a saúde, se viram aposentados com cerca de 70% menos do valor de seus salários quando estavam na ativa.

No dia 18, está programado o lançamento oficial da Campanha Salarial 2009. As atividades se encerram no dia 19, quando a CONDSEF realiza sua Plenária Nacional para, em conjunto com representantes de sua base, discutir calendário de atividades e mobilização para o próximo trimestre.

MOBILIZAÇÕES INTENSIFICADAS

Aproveitando o calendário de atividades em Brasília, servidores irão intensificar a mobilização em torno de suas demandas. No dia 17, servidores da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA realizam ato, em frente ao Ministério da Saúde, em defesa do retorno para os quadros da União de cedidos e descentralizados a estados e municípios. Dia 18, servidores da Conab vão cobrar a implantação imediata do plano de cargos e salários negociado entre a empresa, a CONDSEF e Asnab.

Confira abaixo o eixo de lutas da campanha salarial e o calendário de atividades.

CAMPANHA SALARIAL – EIXOS DE LUTA

- Cumprimento de todos os acordos firmados com o governo
- Tabela única de remuneração na Administração Pública Federal
- Paridade com integralidade entre ativos e aposentados/pensionistas
- Retiradas dos Projetos de Lei 001, 092 e 248 do Congresso
- Aprovação da Convenção 151
- Reajuste dos benefícios (auxílio alimentação, auxílio creche, diárias e contrapartida do Plano de Saúde)
- Fim do desmonte dos órgãos públicos (Funasa, Incra, Iphan, Ibama, entre outros)
- Planos de Carreiras/DPC
- Antecipação das Tabelas Remuneratórias de 2010 e 2011 com defesa dos eixos eleitos pela categoria para serem defendidos ao longo de 2009.

CALENÁRIO DE ATIVIDADES

17/03 - A partir das 10 horas

- Marcha Esplanada dos Ministérios em defesa da Paridade com integralidade
- Às 14h - Ato em frente ao Ministério da Saúde em defesa dos servidores da Funasa

18/03 - A partir das 9 horas

- Lançamento da Campanha Salarial 2009/ Espaço do Servidor
- Logo após encerramento da Campanha Salarial, ato dos servidores da Conab em frente ao Bloco K Ministério do Planejamento em defesa da implantação do plano de cargos e salários

19/03 - A partir das 9 horas

- Plenária Nacional da CONDSEF

O que é cidadania?

A origem da palavra cidadania vem do latim “civitas”, que quer dizer cidade. A palavra cidadania foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. Segundo Dalmo Dallari:

“A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. (DALLARI, Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998. p.14)

No Brasil, estamos gestando a nossa cidadania. Damos passos importantes com o processo de redemocratização e a Constituição de 1988. Mas, muito temos que andar. Ainda predomina uma visão reducionista da cidadania (votar, e de forma obrigatória, pagar os impostos... ou seja, fazer coisas que nos são impostas) e encontramos muitas barreiras culturais e históricas para a vivência da cidadania. Somos filhos e filhas de uma

nação nascida sob o signo da cruz e da espada, acostumados a apanhar calados, a dizer sempre “sim senho?”, a «engolir sapos», a achar “normal” as injustiças, a termos um “jeitinho” para tudo, a não levar a sério a coisa pública, a pensar que direitos são privilégios e exigi-los é ser boçal e metido, a pensar que Deus é brasileiro e se as coisas estão como estão é por vontade Dele.

Os direitos que temos não nos foram conferidos, mas conquistados. Muitas vezes compreendemos os direitos como uma concessão, um favor de quem está em cima para os que estão em baixo. Contudo, a cidadania não nos é dada, ela é construída e conquistada a partir da nossa capacidade de organização, participação e intervenção social.

A cidadania não surge do nada como um toque de magia, nem tão pouco a simples conquista legal de alguns direitos significa a realização destes direitos. É necessário que o cidadão participe, seja ativo, faça valer os seus direitos. Simplesmente porque existe o Código do Consumidor, automaticamente deixarão de existir os desrespeitos aos direitos do

consumidor ou então estes direitos se tornarão efetivos? Não! Se o cidadão não se apropriar desses direitos fazendo-os valer, esses serão letra morta, ficarão só no papel.

Construir cidadania é também construir novas relações e consciências. A cidadania é algo que não se aprende com os livros, mas com a convivência, na vida social e pública. É no convívio do dia-a-dia que exercitamos a nossa cidadania, através das relações que estabelecemos com os outros, com a coisa pública e o próprio meio ambiente. A cidadania deve ser perpassada por temáticas como a solidariedade, a democracia, os direitos humanos, a ecologia, a ética. A cidadania é tarefa que não termina. A cidadania não é como um dever de casa, onde faço a minha parte, apresento e pronto, acabou. Enquanto seres inacabados que somos, sempre estaremos buscando, descobrindo, criando e tomando consciência mais ampla dos direitos. Nunca poderemos chegar e entregar a tarefa pronta, pois novos desafios na vida social surgirão, demandando novas conquistas e, portanto, mais cidadania.

Dica de leitura



Uma boa dica de leitura é o livro “Mídia: Crise política e poder no Brasil” de Venício A. de Lima. Confira o que diz o jornalista Alberto Dines, que assina a apresentação da obra: “Os estudos de Venício A. de

Lima sobre a concentração da mídia e o coronelismo eletrônico são fundamentais para entender as deficiências da democracia brasileira. Quando o sistema de comunicação social de uma sociedade não consegue alcançar um mínimo de diversificação e quando a distribuição das concessões para a mídia eletrônica é viciada pela ilegalidade e pelos conchavos, ficam liminarmente comprometidas as condições essenciais para o equilíbrio institucional e o Estado de direito.

A crise política brasileira não é episódica, é contínua e não foi resolvida pela redemocratização. Ao contrário, foi até agravada porque, a partir de 1985, a distribuição de canais de rádio e tv passou a funcionar de forma ostensiva e regular como moeda de troca para a cooptação do Legislativo pelo Executivo.

Como consequência, parte do nosso sistema de comunicação social, e justamente aquela com maior penetração popular, perdeu sua independência e sua capacidade de funcionar soberanamente. Sucedem-se as temporadas de escândalos no Congresso mas o escândalo maior, orgânico, é a sobrevivência da inconstitucionalidade que permite aos congressistas – teoricamente encarregados de fiscalizar a distribuição de concessões – desfrutar do privilégio de serem concessionários de um serviço público. Atentado ao pudor, à isonomia entre os cidadãos e evidência de uma anomalia que põe sob suspeição todo o processo de distribuição de informações.

Ironicamente, foi no mandato de

José Sarney, no primeiro governo dito democrático, que o fenômeno do coronelismo eletrônico ganhou dimensão e visibilidade convertendo-se numa das alavancas do processo de concentração da mídia. O paradoxo não é casual, revela uma deterioração que só a sociedade civil, o Judiciário e a imprensa – mas não a mídia – poderão estancar.

Venício A. de Lima dedica-se há alguns anos a desvendar esse emaranhado de ilicitudes, mas também em trabalhar para a sua extinção. O acadêmico laureado não se satisfaz com o pioneirismo de seus estudos teóricos, por isso empenha-se com igual disposição e garra cidadã em operar as ferramentas para combater a grande disfunção do processo de comunicação no Brasil.

Sem pluralismo na geração e na difusão da informação não existe uma verdadeira democracia representativa. E sem um arcabouço democrático confiável, torna-se quase bizantino o debate sobre a qualidade da informação e a objetividade das coberturas jornalísticas.

URGENTE - Atualização de endereço

Constantemente o SINTSEF/CE necessita enviar cartas aos seus filiados sobre os mais diversos assuntos, em alguns casos, o informe traz a notícia de um processo ganho, da necessidade de documentação para uma ação e até mesmo de valores a serem recebidos pelos filiados. No entanto, a falta de atualização

de endereço, por parte dos filiados, está fazendo com que muitas correspondências retornem ao SINTSEF/CE sem que o filiado tome conhecimento do teor da carta. Relacionamos abaixo, por órgão, o nome dos servidores que precisam, com urgência, atualizar seus endereços junto ao SINTSEF/CE. Pedimos a sua colabo-

ração para que este informe chegue aos filiados relacionados abaixo. Veja se seu nome consta na lista e se você conhecer alguma das pessoas abaixo relacionadas, e sabe que ela não tem acesso a esse jornal, pedimos que a comunique da necessidade de atualização de seu cadastro com o sindicato.

FUNASA

Adalberto Pereira Rodrigues
Agostinho Gomes de Sousa
Aldy Marcos de Andrade Lima
Alexandre Brasil Bezerra de Menezes
Alexandrina de Lima Freire
Ananias Araújo dos Santos
Ana Maria Parente Viana
Antônia Aila Coelho Barbosa Brito
Antônio Aluisio de Oliveira
Antônio Ari Rodrigues Braga
Antônio Edward Alves de Araújo
Antônio Ferreira
Antônio Flávio Pinheiro de Almeida
Antônio Régio Rodrigues de Lima
Antônio Roberto Pinheiro
Antonio Pereira de Sousa
Aristides Dias Almeida
Aroldo Silva de Araújo
Ary de Noroies Filho
Betania Tavares Kasimoto
Carlos Alberto Cosme da Silva
Carlos Alberto de Souza
Carlos Augusto Nolasco Lopes
Cícero Coelho Luz
Cícero Romildo Pereira da Silva
Conceição de Maria Lisboa de Castro
Cristina Lima de Carvalho
Débora Maria Santos
Edmilson Eumardes Muniz
Edvaldo Almeida Frnandes
Evanio Pereira de Matos
Expedito Gomes de Matos
Francisca Lucélia Ulisses de Alencar
Francisco Ageu Rodrigues
Francisco Airton Tabosa Serafim
Francisco Alberto de Lima Mendes
Francisco Ferreira de Sousa
Felinto Granjeiro
Geraldo Inácio da Silva
Geraldo Muniz Matias
Ivone Rebelo Fiúza
José Adailton Nascimento Chagas
José Eldo de Deus Galvão

José Geraldo Alves Silva
Jose Humberto Cavalcante da Silva
José Muniz Farias
Luiz Campos Muniz
Marcos Antonio Ribeiro Costa
Maria Aparecida Carneiro
Maria das Graças Araújo Chaves
Maria Delourdes Silva B. Mendes
Maria Luiza dos Santos
Maria Margarida Fernandes
Manoel Osir Nogueira Gomes
Milton Jose Carvalho Aragão
Moacir Prado Linhares Filho
Paulo Antonio Paixão Rodrigues
Petronio Ferreira Soares
Raimundo Nonato Neris da Silva
Raimundo Rocha Lima
Rosa Vasconcelos Queiroz
Valmir Ribeiro Gomes de Paula

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Alexandrina Maria dos Santos
Ana Lucia Nunes Baima
Edna Maria Fernandes Lopes
Evanilda Norberto Viana
Fernando Hugo Menezes
Francisco Carlos Costa Sousa
José Albano Rodrigues
José de Anchieta de Oliveira
José Itamar da Silva
Luiz Nonato de Sousa
Luzia Maria Cesário
Maria Aclezia Fraga Mota
Maria Bastos de Galiza
Maria Hilda de Sousa Sales
Maria Valdeniza Tavares da Silva
Oswaldo Pereira Maia
Ruth Meneleu Fiúza

UFC

Maria de Lourdes Santana de Souza

INCRA

Anastácio Cosme Alves

Carlos Melquiades Mesquita Farrapo
Francisco Felix da Silva
Jose Nélio de Oliveira Sousa
José Rufino de Sousa
Luiz Bonfim Sobrinho
Luiz Carlos Barroso das Neves
Maria Aldilene Maia galdino
Márcia Maria de Araújo Maia
Maria Laura Barbosa Laurindo
Maria Verônica Chaves Vidal
Natercia de Oliveira Martins
Neuton Sindeaux
Raimundo Julio da Silva
Stênio Amorin de Carvalho

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Elizabeth Meirerles de Sousa Lima
Francisca Darci Paiva Norões
Francisco de Assis Filho
Henrique Lopes dos Santos
José Braga de Albuquerque
Luciene Simões Rodrigues
Vera Lúcia dos Santos
René Aguiar Sisnando
Raimunda Miranda Vasconcelos
Sylvania Pinheiro Guerra Furtado

COMANDO DO EXÉRCITO

Cleide Batista Nobre
José Ferro da Silva

CONAB

José Amaruri de Moura Araújo
José Osmidio Teixeira Pinto
Maria Lucilane Fernandes Melo
Vicente Ferreira

IBGE

Francisco Roberto Matias Moraes
Ricardo Gurgel de Carvalho Lima

CEFET

Francisco Alcimar Vasconcelos
Manoel Antônio da Silva

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Francisco Pereira de Araújo
Juraci Moreira de Sousa
Mario Alves Gomes

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Humberto Viana Silva
Neonisio Lucena de Almeida

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Raimundo Martins dos Santos

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Maria Lúcia Fraga da Silva

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

João Batista de Luna

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Glória Dione dos Santos
Ligia Pereira Domingos
Maria Arlene Mesquita Araújo
Raimundo Valmi de Lima

IBAMA

Eason Ferreira do Nascimento
Francisco José Mendes Tavares
Isa Dorian Sampaio Pinheiro

BASE AÉREA

Raimundo Nonato de Lima

DNIT

Verônica Alencar Azevedo

INSTITUTO CHICO MENDES

José Gomes Parente

IPHAN

Iran Martins de Moura

Para atualização entre em
contato pelo número
(85) 3255.7300

Assembléia Geral do SINTSEF indica discussão sobre 9º Congresso da entidade

No último dia 14 de fevereiro, cerca de 350 filiados do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará – SINTSEF/CE, reuniram-se em Crateús, na Região dos Inhamúns, em Assembléia Geral da categoria, convocada por edital publicado no jornal Diário do Nordeste e no informativo da entidade. A pauta do encontro foi: 1) Informes, 2) Análise de Conjuntura; 3) Desdobramento do processo judicial relativo às eleições do SINTSEF/CE, ocorridas nos dias 2, 3 e 4 de junho de 2008; 4) Aquisição de sedes próprias para as Delegacias Sindicais do SINTSEF/CE, das regiões Norte e Centro Sul; 5) Encaminhamentos.

Logo após a aprovação da mesa, que teve a coordenação do diretor de formação João Batista de Oliveira, a relatoria do delegado de base José Hélio Alves de Araújo e foi secretariada pelo também delegado de base José Coelho Rocha, iniciaram-se os informes.

Dentre outras notícias, destacou-se a que tratou das visitas feitas, pela comissão responsável, aos municípios da Região Norte e do Centro Sul onde deveriam ser adquiridos imóveis, que culminaram na efetivação da compra da casa em Sobral, que abrigará a sede da Delegacia Sindical de Base da Região Norte (foto). Ainda no ponto de informes, o diretor de aposentados e pensionistas do SINTSEF/CE, Geraldo Costa, comentou sobre o ato realizado no dia 24 de janeiro, na Praça do Ferreira, em Fortaleza, por ocasião do dia do aposentado (foto).

Em seguida ao ponto de informes, houve a análise de conjuntura e, após um debate com os participantes, traçaram-se os encaminhamentos que, serão reproduzidos aqui tais quais estão na ata da assembléia:

“1) Que a Coordenação do Conselho de Delegados Sindicais de base, juntamente com a Direção Colegiada do SINTSEF/CE, reveja o calendário de reuniões do Conselho de Delegados Sindicais de Base, no sentido de antecipar a reunião do Conselho na região Centro Sul, que está marcada para o mês de agosto, para que seja realizada no mês de julho, por que em julho a Escola Agrotécnica, local de realização da referida reunião, estará em período de férias. Aprovado.

2) Que na próxima reunião do Conselho de Delegados Sindicais de Base, que acontecerá no dia catorze de março de dois mil e nove, em Fortaleza, seja convocado o Coordenador de Finanças, Sr. Alfredo Moreira, para que o mesmo venha esclarecer o pagamento feito em seu benefício sem que

tivesse nenhuma deliberação pelas instâncias da nossa entidade. Aprovado.

3) Esta Assembléia Geral reafirma o resultado saído das urnas e proclamado pela Comissão Eleitoral do SINTSEF/CE, realizada nos dias dois, três e quatro de junho de dois mil e oito, e volta a homologar a vitória da Chapa Um – Unidade e Luta, com dois mil quatrocentos e setenta e sete votos, equivalente a cinquenta vírgula dezessete por cento dos quatro mil, novecentos e trinta e sete votos válidos. Confirmando a resolução da Assembléia Geral realizada em dez de outubro de dois mil e oito, em Sobral. Aprovado.

4) Esta Assembléia Geral considera ilegítima qualquer solução para o impasse jurídico que contrarie o resultado saído democraticamente nas urnas. Aprovado.

5) Esta Assembléia Geral repudia qualquer solução que represente uma intervenção do Estado, através da Justiça do Trabalho, em nosso sindicato. Aprovado.

6) Desta forma a Assembléia Geral considerará ilegítima e ilegal a posse de uma chapa que não tenha obtido a maioria dos votos dos sindicalizados que compareceram as urnas em função do que esta Assembléia Geral não reconhecerá uma “Direção” empossada nessas condições. Aprovado.

7) Essa assembléia Geral exige que, em face do atual impasse, a solução seja colocada nas mãos dos filiados para decidir. Aprovado.

8) Caso a sentença judicial, em relação ao resultado das eleições do SINTSEF/CE, seja contrária a resolução desta assembléia, fica convocada uma nova Assembléia Geral para que esta discuta e convoque uma nova eleição do sindicato para eleger a Direção Colegiada, Conselho Fiscal e Coordenação das Delegacias Sindicais de Base. Aprovado.

9) Que o SINTSEF/CE participe das atividades que acontecerão em Brasília no mês de março (Lançamento da Campanha Salarial, Plenária da CONDSEF) com cinquenta caravaneiros, sendo trinta aposentados e pensionistas e vinte ativos. Aprovado.

10) Que na próxima reunião do Conselho de Delegados Sindicais de Base, que acontecerá em Fortaleza dia catorze de março de dois mil e nove, seja discutido e convocado 9º Congresso do SINTSEF/CE. Aprovado.

11) Que essa Assembléia Geral referende a aquisição da compra das sedes das Delegacias Sindicais das regiões Norte e Centro Sul. Aprovado.

12) Que o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ce-

ará – SINTSEF/CE, com a preocupação de reforçar a luta de nossa Central para defender a força de trabalho que constrói a nação contra a demissão de trabalhadores em distintos setores econômicos, inclusive naqueles beneficiados com medidas governamentais e isenção de impostos. Além de nossa mobilização por “nenhuma demissão, estabilidade de emprego”, é preciso que reivindicemos medidas concretas do Governo Lula, eleito pelos trabalhadores, para defendê-los das demissões. Nesse sentido nossa Assembléia Geral se dirija à CUT para que, em sua reunião da Executiva Nacional de dezessete e dezoito do mês corrente, aprove a proposta de reivindicar do Governo Federal a emissão de uma medida provisória que garanta, em caráter emergencial, a estabilidade no emprego, impedindo as demissões. Aprovado”.



DESNOT AGORA TEM SEDE PRÓPRIA



ATO NA PRAÇA DO FERREIRA LEMBRA O DIA DO APOSENTADO



FACHADA EXTERNA DA CASA QUE O SINTSEF/CE ESTÁ ADQUIRINDO PARA SEDIAR A DELEGACIA REGIONAL DO CENTRO SUL, EM IGUATU